



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VERDE

EDITAL Nº 92/2013

-----DR. ANTÓNIO FERNANDO NOGUEIRA CERQUEIRA VILELA, Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde:-----

-----Torna público, para cumprimento do estipulado no nº 2 do artigo 37º do Código de Procedimento Administrativo que, por despacho do signatário, de 25 de outubro para surtir efeitos imediatos foram subdelegadas no Vereador do Pelouro da Qualidade, Ordenamento e Gestão do Território, **Dr. Manuel de Oliveira Lopes**, nos termos do disposto no nº 2, do artigo 36.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 36.º, do Código do Procedimento Administrativo, as competências para instaurar processos de contraordenação, para aplicação das respetivas coimas e sanções acessórias, no âmbito das matérias a seguir enumeradas:

- a) Exercício da Atividade Industrial (Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto);
- b) Instalação e Funcionamento dos Recintos com Diversões Aquáticas (Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de março, na redação atual);
- c) Regime Jurídico das Instalações Desportivas de Uso Público (Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, na sua redação atual);
- d) Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Conceção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, respetivo Equipamento e Superfícies de Impacte (Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação atual);
- e) Regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam (Lei n.º 27/2013, de 12 de abril);
- f) Medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Decreto-Lei n.º 124/2006, 28 de junho, na redação atual);

- g) Regime geral de gestão de resíduos (Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, na redação atual);
- h) Regime das operações de gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edifícios ou de derrocadas (RCD) (Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, na redação atual);
- i) Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na redação atual);
- j) Transportes públicos de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros (Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto, na redação atual);
- k) Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na redação atual);
- l) Regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais - pedreiras (Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, na redação atual);
- m) Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais (Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto);
- n) Regime do licenciamento da instalação e ampliação de depósitos de sucata (Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na redação atual);
- o) Regulamento municipal de distribuição de água e de drenagem de águas residuais da Câmara Municipal de Vila Verde;
- p) Regulamento de resíduos sólidos, higiene e limpeza pública do Município de Vila Verde;
- q) Demais diplomas legais que confirmam a competência em matéria contraordenacional às câmaras municipais.

Paços do Município de Vila Verde, em 04 de Novembro de 2013

O Presidente da Câmara,

